

O século XIX paulista: lembranças do “Grito do Ipiranga”

The Nineteenth century in São Paulo: memories of the Grito do Ipiranga

Airton José Cavenaghi*

RESUMO

O artigo analisa aspectos da interpretação documental, literária e iconográfica do momento cronológico do “Grito do Ipiranga”, ocorrido em São Paulo no ano de 1822. Procura, a partir disso, demonstrar como a leitura e interpretação de um manancial documental produzido sobre determinado assunto poderia caracterizar a busca de uma verdade absoluta. A análise aqui desenvolvida apoia-se na crítica de modelos historiográficos desenvolvidos durante o século XIX, legitimados pela memória coletiva do período – ou seja, amparados pela razão tecnicista dos modelos socioculturais então predominantes. Busca, também, compreender o panorama formativo dessas ideias e assim propor, como norte para pesquisa, uma interpretação não positivista, que suplante a permanência dos valores culturais disseminados pela referida historiografia. Palavras-chave: Ipiranga; iconografia; São Paulo; século XIX.

ABSTRACT

The article examines aspects of documentary, literary and iconographic interpretation of the *Grito do Ipiranga*, which occurred in São Paulo in 1822. It seeks to demonstrate that the act of reading and interpreting a stream of documentation about a certain subject could very well characterize the search for an absolute truth. Criticized in the paper are historiographical models established during the nineteenth century and legitimized by the collective memory – in other words a method supported by the ‘technicist’ reasoning of the sociocultural models then predominant. It is also sought to understand the background of these formative ideas and to propose a non-positivist interpretation which could drive research beyond the permanence of cultural values disseminated by the aforementioned historiography.

Keywords: Ipiranga; iconography; São Paulo; nineteenth century.

* Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP), Mestrado em Hospitalidade. São Paulo, SP, Brasil. cavenagh@usp.br¹

“Com que critério o historiador fala das lutas e agentes de uma época que não é a sua?” (Vesentini, 1997, p.15). A fala de Vesentini alerta para a questão da constituição da memória, suscitando uma indagação que incentiva à revisão do que foi, durante muito tempo, pensado como verdade histórica absoluta. O tempo, representado pelos documentos, materializa-se nas falas dos historiadores que os utilizam como elementos comprobatórios do espaço constitutivo da memória. Essa memória é constantemente revista nos textuais históricos recriados, mas em qual momento ela se materializa? Como constituiu-a na chamada verdade?

Neste artigo se busca analisar um momento histórico que relaciona os acontecimentos sociais, políticos e econômicos com a visualidade iconográfica do palco de suas manifestações. O palco da representação é a cidade de São Paulo, polo da expressão de circunstâncias múltiplas que fomentaram novas realidades constitutivas para a sociedade da época. A história do “Grito” no Ipiranga em 1822 funde-se com essas expressões que se propagam para além das fronteiras da urbe. Seus atores principais são o Barão Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo e o geógrafo Cândido Mendes de Almeida, entre outros.

Sobre o Barão Homem de Mello sabe-se do início de sua vida pública logo após a formação na Academia do Largo São Francisco, em 1858. No ano seguinte Homem de Mello chega a estabelecer-se como suplente de delegado de polícia em Pindamonhangaba, cidade na qual nascera em 1837. Em 1860 é eleito vereador da Câmara Municipal. Em 1861, torna-se professor do Colégio Pedro II, escrevendo no ano seguinte seu livro mais conhecido: *A Constituinte perante a História* (Mello, 1863). Em 1864, torna-se presidente da Província de São Paulo, prestando juramento perante uma assembleia que tem como presidente Américo Brasiliense. Nesse cargo permanece um ano, pois em 1865 passa a ser presidente da Província do Ceará.

No período entre 1859 e 1865 o panorama político brasileiro modifica-se radicalmente e tal cenário se reflete sobre a própria constituição urbana de São Paulo. Entre 1860 e 1862, o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo elabora sua primeira representação fotográfica da cidade de São Paulo. Seu trabalho, quase uma reportagem fotográfica da urbe, eterniza personagens anônimos e constrói uma visualidade única de uma cidade brasileira no período.

A expressão visual desse período também pode ser percebida quando a representação do território da Província ganha contornos oficiais, em 1868: é o momento em que Cândido Mendes elabora seu *Atlas do Império do Brasil* (Almeida, 1868), no qual, segundo Demétrio Magnoli, cria-se uma visualidade

ideológica da cartografia que, ao se construir, reorganiza a “refundação do Brasil...” (Magnoli, 1997, p.111).

Para entender a cidade torna-se necessário compreender os homens que a constroem. O destino dos lugares é intimamente relacionado às conotações que assumem no imaginário coletivo de um povo, de modo que discutir esse imaginário torna-se uma das peças centrais do jogo político, social e econômico.

Quais são as vozes que falam e constroem a memória? Para Ecléa Bosi “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ essas últimas, ocupando o espaço todo da consciência” (Bosi, 1979, p.9). Para a autora esse “deslocar” significa de fato substituir, ao passo que a verdade é encoberta pelo presente que, por sua vez, projeta suas lembranças no passado constituído. Assim, aquilo que era passado é filtrado pelo presente imediato, e nesse ato o mencionado “passado” é preenchido de circunstâncias apropriadas às lembranças daquele momento.

Michel Pêcheux, por exemplo, argumenta que existe um *outro* interno em cada memória que, em contrapartida, é um simples reservatório a captar lembranças. A memória seria nesse sentido resultado de uma mutação/transformação constante, na qual o “real histórico [funciona] como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (Achard, 1999, p.56). Percebe-se assim que cada lembrança, cada fato construído, é resultado direto do momento em que aquele recordar está inserido.

Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, Militão Augusto de Azevedo e Cândido Mendes são personagens de um mesmo período e apesar de possuírem vozes distintas, produzem, cada um a seu modo, falas que se intercalam em um manancial histórico único e significativo. Com isso em vista, procura-se neste artigo demonstrar como personagens inseridos em diferentes acontecimentos se alternam ao produzirem realidades documentais aparentemente diferenciadas, mas interconectadas pela realidade sociocultural de suas produções. O eixo de interpretação escolhido inicia-se no conhecimento da hora “exata” da Proclamação da Independência, passando pelo seu uso ideológico e possíveis desdobramentos em outras características (aparentemente não relacionadas ao processo histórico em questão), a cidade de São Paulo, o aparecimento de um suposto processo “civilizatório” e seu desdobramento para o interior da Província pela ação de diversos protagonistas.

O PASSADO E A SUA (RE)CONSTRUÇÃO

O passado é, de certa forma, atrelado à história presente e assim parte de sua constituição passa por referendar momentos significativos que sustentem a história que se quer narrar.

Com relação à história da cidade e da Província de São Paulo, Caio Prado relembra que:

o início do século XIX marca por conseguinte o abrir de um período de reorganização. A colonização do território paulista, sua ocupação e exploração, estacionária e mesmo em regresso durante o período precedente, se intensifica não só nas zonas já penetradas, mas nas demais que restavam por desbravar. Este processo se perpetuou, manifestando-se até nossos dias nesta ininterrupta expansão para W. que caracteriza a história contemporânea de São Paulo. (Prado Jr., 1989, p.33)

Essa sucessão de acontecimentos é, futuramente, utilizada como baliza da garra e do arrojo do paulista. Trata-se da conhecida ideia de que, nesse processo, o paulista construiu sua história pelo trabalho e venceu as dificuldades oriundas de um passado que, na visão de muitos, não servia para justificar a história a se construir.

Em 1902, Theodoro Sampaio escreve sobre São Paulo no século XIX e relembra ao finalizar seu trabalho que:

o écho das discordias e das luctas fraticidas vai longe, rolando para um passado que não volta. O arrebol do novo século, rompendo por entre nuvens que se não desfizeram totalmente, nos anuncia já o dia da paz e da prosperidade no trabalho. (Sampaio, 1902, p.204)

Theodoro Sampaio ainda comenta que o século XIX foi “o século da Independência e da constituição política nacional ... período longo e incerto da reacção durante o qual se remodela o caracter de um povo” (Sampaio, 1902, p.157). Qual o caráter desse povo de que nos fala Theodoro Sampaio? Quais acontecimentos são sustentáculos da história que se forma nesse momento? A quem essa história personifica?

Durante quase todo o Oitocentos, a presença do príncipe regente nas margens do Ipiranga em 1822 foi utilizada como o momento da formação de uma identidade para São Paulo, identificável com a história do país e formadora de uma memória própria cuja propagação sustentou o ideário das elites dirigentes do período.

Em 1877 o *Almanach Litterario* de José Maria Lisboa traz um poema que segundo o autor foi “recitado em sessão do Atheneo Paulistano em 1854” (*Almanach...*, 1982, p.161). Intitulado *Ao 7 de Setembro*, é de autoria de J. M. Almeida Moraes, que enaltece o momento estabelecendo-o como centro dos acontecimentos:

Hossanas elevando a Jehovah / Com hymnos de victoria – a Liberdade, / Os filhos de Tupã saudam gratos / No Sete de Setembro, salve! salve! / ... Do vale a vastidão, do monte as gripas / E ar, e céu, e terra, e mar, e mundo / Repetêm éco – Independencia ou morte! (ibidem, p.162)

Segundo a breve leitura de Almeida Moraes “o mundo” repercute os ecos do Ipiranga, de forma que a inserção da palavra faz com que Jeová e Tupã ressoem em unísono. Em um plano mais geral, o ano de 1854 coincide com a nova postura urbana de São Paulo, que pretende refletir a sua nova reestruturação espacial, almeja ser progressista e adequada aos padrões europeus. Vê-se, assim, a memória do Sete de Setembro formando-se e propagando-se.

Em 1864, Alexandre José de Mello Moraes escreve uma carta ao primeiro Barão de Pindamonhangaba, coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, que estava na comitiva do príncipe regente no momento da Proclamação às margens do Ipiranga. No documento, Mello Moraes pede que o Barão descreva detalhes da situação. Este então responde: “Ilmo. Sr. Dr. A. J. de Melo Moraes. Tenho presente a carta de V. S. em que me pede alguns esclarecimentos sobre o ato da nossa Independência no Ipiranga, a fim de exará-los na História do Brasil de que é V. S. digno autor” (Costa, 1972, p.150).

O livro de Mello Moraes é publicado em 1877 e baliza a propagação de inúmeras ideias sobre o evento, sustentadas aqui pelas lembranças do Barão. Até esse ponto, cumpre notar que a versão conhecida de um momento relevante da Independência apoia-se quase que exclusivamente na memória de participantes circunstanciais, sem haver testemunhas que possam oferecer outra perspectiva.

Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua *História da Independência do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1916 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Tomo LXXIX, v.133, 1917), também propaga a ideologia dos acontecimentos do Sete de Setembro de acordo com a narrativa feita pelo primeiro Barão de Pindamonhangaba. O Barão do Rio Branco, nas notas explicativas à 2ª edição da obra de Varnhagen, e Hélio Vianna, na 3ª edição, enfocam a narrativa do Barão de Pindamonhangaba ao relatarem a hora em

que o príncipe regente profere o grito de Independência: “Foi ‘pouco mais ou menos às 4 e meia horas da tarde’, segundo o Barão de Pindamonhangaba, que Dom Pedro assim proclamou a Independência” (Varnhagen, 1981, v.3, p.138, nota 24). Percebe-se, assim, a ratificação das ideias estabelecidas inicialmente por Mello Moraes. Concretiza-se o “fato” pela sua ratificação em um momento exato do tempo.

José Honório Rodrigues, em 1975, critica a forma como Mello Moraes conduz sua interpelação da versão estabelecida e diz que o autor “não soube, de regra, preparar formulários inteiramente adequados ao seu tema” (Rodrigues, 1978, p.237).

Hélio Vianna, em sua *História do Brasil*, ainda compartilha dos relatos do Barão de Pindamonhangaba, embora seja menos enfático na manutenção da ideia do “momento exato da Proclamação”. Para o autor o fato acontece no momento em que Dom Pedro “já regressava a São Paulo [quando] recebeu, próximo ao Riacho do Ipiranga, à tarde, de 7 de setembro de 1822...” (Vianna, 1994, p.407, grifo nosso). Note-se que esse fato, a “hora exata do acontecimento”, propõe inserir a história em um contexto de racionalidade absoluta, como se tal fator fosse imprescindível ao estabelecimento da verdade histórica.

Percebe-se assim que, mesmo de forma parcial, as ideias de Mello Moraes permanecem presentes e são reproduzidas sem um questionamento mais contundente. Quando Mello Moraes escreve sua história, a exaltação do Sete de Setembro em São Paulo está absorvida ideologicamente, o que demonstra que a presença do príncipe Dom Pedro às margens do Ipiranga tornou-se uma espécie de marco-base da formação da identidade paulista, ratificando-se assim as supostas necessidades pelas quais passava a cidade a partir de 1850.

Esse processo deve ser aqui brevemente explicado. Nesse momento uma elite agrária assume uma postura participativa no panorama político do país. Por não possuir um passado vinculado aos “heroicos” momentos da colonização, estabelece diretrizes a partir das quais concebe marcos balizadores de sua história, por exemplo a exaltação do “Grito” em terras paulistas. A essa memória construída funde-se a urbanização de São Paulo, onde um cenário de substituição é estabelecido de acordo com a busca de um panorama de “modernidade”. O conhecimento balizado pela ciência concretiza os fatos e os torna aceitáveis. Esse suposto cientificismo não nasce ao acaso e mesmo como representação necessita da proximidade de modelos e padrões já referenciados e aceitos.

A presença da Academia de Direito no Largo São Francisco serviu para ratificar tal razão científica. Instaurada na cidade em 1827, a Academia, desde

seus primeiros momentos, já apontava para os rumos de transformação da cidade. Richard Morse relembra, por exemplo, que a Academia de Direito, localizada junto ao Convento Franciscano, começa a contestar padrões de comportamento até então aceitos:

O pátio da igreja dava entrada indiscriminadamente aos fiéis e aos estudantes, e havia desavenças entre os superiores franciscanos e o diretor da Academia quanto ao horário e aos objetivos do toque dos sinos. Interesses profanos e religiosos mantinham-se em equilíbrio instável – o que era sintomático dos tempos. (Morse, 1954, p.62)

Richard Morse mostra que há algo novo sendo inserido no contexto da cidade de São Paulo. Os toques dos sinos das Igrejas são vistos como um problema para a nova racionalidade com a qual a nascente burguesia se identifica. Dividir o tempo de forma científica e impô-lo ao destino dos homens traduz, de forma simples, os novos poderes que emergem nessa sociedade. Assim, é sintomática, por exemplo, a necessidade de se estabelecer a hora exata do Sete de Setembro.

Mas não só quanto ao marco temporal exato do evento-fundador da nação independente a questão se propõe. Esses novos poderes manifestam-se de maneira ampla e significativa, atingindo inúmeros suportes documentais que se articularam com o momento histórico em questão.

A HISTÓRIA, A CIÊNCIA E O BARÃO

O coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, primeiro Barão de Pindamonhangaba, foi “agraciado com o título de Barão em 1856. Tomou parte na Revolução de 1842. Faleceu em 6 de agosto de 1866...” (Costa, 1972, p.13). Integrante da antiga Guarda de Honra de Dom Pedro, representante da elite política de Pindamonhangaba e narrador da história que se desenrola no momento do “Grito”, sua morte abre, simbolicamente, espaço para a introdução de outros personagens atrelados à nova época política, social e econômica.

Simbolicamente, elementos que pairavam como secundários no contexto da história estabelecida são elevados a fatores principais. Nesse contexto, em 1867, o irmão do coronel, major Francisco M. Homem de Mello recebe seu título de segundo Barão de Pindamonhangaba, segundo Anibal Mattos “em atenção aos serviços por elle prestados ao paiz, na paz e na guerra...” (Mattos, 1937, p.25). Este segundo Barão e depois Visconde de Pindamonhangaba era

o pai de Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, um dos personagens deste artigo.

A época dos acontecimentos mostra a importância da década de 1860 para a instituição da memória a ser usada como justificadora da história da cidade de São Paulo e da própria Província. Nesse preciso ponto da história advêm elementos que indicam as diretrizes modeladoras do panorama sociocultural da cidade de São Paulo e, por extensão, do território paulista.

Nesse sentido, é interessante lembrar que, em 1862, Paulo Eiró escreve sua peça de teatro *Sangue Limpo*, cujos atos desenrolam-se tendo como pano de fundo o momento da Independência. Segundo o autor a ideia lhe surgiu:

em princípios de 1859, [quando] o Conservatório Paulista, tentando pôr em prática uma ideia cheia de patriotismo, abriu um concurso literário, destinando prêmios para o melhor drama original, revestido de moralidade, que tivesse por assunto algum dos gloriosos episódios da história de nosso país ... Lançando um olhar sobre o nosso passado, descobri sem grande custo o assunto que desejava ... Sim, é do Ipiranga que data a nossa vida real; nunca se poderá chamar dia ao espaço que precede a aurora. (Eiró, 1998, p.315)

Outra produção de destaque envolvendo a questão do patriotismo daquele momento é o periódico *Guayaná: jornal científico, político e litterario* editado em 1856. Baseado na sabedoria científica, esse periódico buscou sustentar o cientificismo praticado com uma epígrafe que se refere ao texto bíblico do Eclesiastes: “A sabedoria esparze como chuva abundante a sciencia, e a luz da prudencia glorifica aquelles que lhe são dedicados” (Amaral, 1977, p.21).

Para a palavra “Guaianá” encontra-se a seguinte referência de Afonso A. de Freitas:

Guaianá. S.m. Corruptela de Guaraná, espécie de marrecão ... muito abundante nas margens do Tietê ... Aos indígenas piratininguaras foi aplicada a denominação – Guaianás – pela circunstância de haverem fixado suas tabas nas margens daquele rio ... Guanánás – em nheengatu: é assim que encontramos a aldeia de Inhapuambuçu, da qual era chefe Tibiriçá... (Freitas, 1976, p.53)

Vê-se, assim, que o referido periódico tem um título que remete ao chefe indígena Tibiriçá, lendário personagem da história de formação da cidade de São Paulo (nacionalidade paulista) e uma epígrafe que enaltece a ciência retirada de um texto religioso (Eclesiastes)!

O periódico, do qual participa o então estudante Francisco Inácio M. Homem de Mello, privilegia a publicação dos chamados “princípios da ciência...”, conforme o texto de sua apresentação redigido por Couto de Magalhães (Amaral, 1977, p.21). Em seu primeiro número há um artigo de Francisco Inácio M. H. de Mello intitulado “Sete de Setembro de 1822” que enaltece o referido momento histórico.

Francisco Inácio mantém essa postura historiográfica ao elaborar, posteriormente, um estudo de História do Brasil no final de seu curso de Direito. O futuro Barão Homem de Mello, em 1858, na obra *Estudos Históricos Brasileiros*, escreve:

Historiar é julgar; é chamar ao tribunal da razão os crimes e as virtudes dos homens que se foram; reprehendel-os, ou louval-os segundo os eternos principios da justiça. Encarados pela sciencia, os fatos symbolisam a traducção dos grandes principios que actuam constantemente na vida exterior dos povos; revestidos desse character é que elles merecem a attenção do historiador. (Mello, 1858, p.2)

A pesquisa indica que, no *Prólogo* desse estudo, o autor dá grande importância ao direito, à razão, à ciência e aos fatos. Sua construção historiográfica busca na racionalidade científica o lugar da verdade. Nesse momento é o Direito o sustentáculo da veracidade histórica, assim como os fatos são tratados em um grande tribunal, no qual cabe ao leitor estabelecer a punição ou a absolvição dos julgados.

Francisco Inácio atua como advogado na defesa de clientes históricos, dentre eles, Pedro I. Como seu estudo passa pela interpretação da História do Brasil, desde o Descobrimento até o Segundo Reinado em 1858, a figura de Pedro I é tratada em dois momentos distintos. No primeiro, o capítulo II, Homem de Mello louva o Sete de Setembro, dedicando amplo espaço expositivo ao marco: “O dia 7 de Setembro symbolisa em nossos fastos um periodo portentoso, que faz por si só a gloria de uma geração inteira...” (Mello, 1858, p.26). No segundo, o capítulo IV, a pessoa de Pedro I é isentada de seus atos quando entra em cena o Sete de Abril de 1831, sobre o qual o autor questiona: “Porque desceu elle do pedestal, que o fazia avultar á nossos olhos, e veio, como outros homens, pagar o doloroso tributo da imperfeição humana? Porque veio a mancha do erro marear o brilho de sua corôa de heróe?” (Mello, 1858, p.65).

Nota-se nesse trabalho de Homem de Mello uma necessária construção tanto da cronologia do período – Sete de Setembro, Sete de Abril etc. – quanto

da intencionalidade da simbologia, que procura erigir um sustentáculo grandioso da história paulista.

Na mesma linha de interpretação observa-se, ainda no ano anterior ao trabalho de Homem de Mello, que a cidade de São Paulo e a correlata Província ganham seu primeiro Almanaque. A obra, organizada por Marques & Irmão, publicada por dois anos consecutivos, reflete uma tendência de se promover o reconhecimento de todo o território paulista, na medida em que traz listagens dos municípios conhecidos na Província.

O poder central organiza suas diretrizes ao mesmo passo em que suas definições encontram ecos de propagação. Nessa mesma obra há um *Resumo Histórico da Província de São Paulo*, no qual a história da região é contada de 1500 a 1822. O resumo termina afirmando:

Depois da declaração da INDEPENDENCIA DO BRAZIL, 7 de Setembro de 1822, e de que esta provincia tem a gloria de ser no seu solo, no memoravel sitio do Ypiranga que se levantou o grito de Independencia ou Morte, passou a ser provincia do Imperio Brasileiro, e depois dessa época governada pelos presidentes, segundo o systema monarchico constitucional que se adoptou. (Almanak..., 1856, p.161)

A obra conta a história nacional destacando os acontecimentos que envolvem a história local. O breve resumo termina em um momento de glória paulista: ter sido o palco dos acontecimentos do Sete de Setembro.

A função de um Almanaque é ser um livro de consulta constante, uma espécie de guia, sendo assim um instrumento adequado à propagação de uma “memória construída”. A data, 7 de setembro de 1822, torna-se representativa e não é vista apenas como sustentáculo ideológico: torna-se a memória indicativa, o lugar comum ao qual se pode remeter em momentos de crise.

Essa “memória” enreda mesmo os mais radicais, que acabam usando o Sete de Setembro e sua simbologia como uma nostalgia necessária à sobrevivência de uma crítica. Angelo Agostini no periódico *Cabrião*, editado em parceria com Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis em São Paulo entre 1866 e 1867, defende o momento como “Data memorável ... marco que indica às gerações nacionais o ponto em que fechamos a porta ao viver colonial (sic) iniciando o viver que nos foi garantido pela emancipação internacional” (*Cabrião*, 1982, p.378). Apesar de se pautar pela crítica ferina a tudo e todos, o periódico, na sua edição de 8 de setembro de 1867, rende-se aos auspícios do acontecimento, confirmando: “É um marco venerado” (*ibidem*, p.378).

De fato, a construção da memória desse momento produz significativas mudanças na maneira de pensar a construção da história. A proximidade dessas duas obras – a de Homem de Mello em 1858 e a de Agostini em 1867 – indica a necessidade de construção de um cenário satisfatório, apto a refletir os acontecimentos que transformam a cidade de São Paulo e seu território nesse momento. A construção dessa memória não é algo maquiavelicamente planejado, mas sim fruto de um pensamento coletivo que se aglutina em um marco, no caso o Sete de Setembro. Aglutinação que se torna uma espécie de sustentáculo das novas diretrizes sociais, políticas e econômicas.

O momento da Independência, com efeito, é a memória-base para a construção da história presente. O fato, ainda hoje, é reconstruído e reproduzido tornando-se um dos elementos de sustentação da nova realidade que se institui na cidade.

A CIDADE E SUA VISUALIDADE: UM MODELO

Como seria a cidade que serviu de palco para essa representação da qual o príncipe Dom Pedro foi o ator maior? Quem eram os espectadores do marco histórico?

Francisco de Assis Vieira Bueno, escrevendo sobre a cidade de São Paulo, relata que seus registros são fruto de observações “evocadas de memória”. Publicados em 1903, seus escritos são aparentemente construídos com base em representações que o autor absorveu do imaginário coletivo dos acontecimentos. Nesse sentido ele relembra que:

as minhas mais remotas reminiscências da cidade de São Paulo, onde nasci em 1816, remontam até 1822, começando pelas festas realizadas por ocasião da vinda do Príncipe Regente. A entrada solene desse personagem, que dias depois proclamava a Independência nos campos do Ipiranga, eu vi acompanhado por uma pessoa de minha família de uma das janelas da Igreja da Ordem Terceira do Carmo. (Bueno, 1976, p.13-14)

Vieira Bueno introduz suas memórias com um fato marcante para a história da cidade, localizando no tempo e no espaço os elementos da narrativa. Sua narrativa escrita no início do século XX corrobora as ideias de Theodoro Sampaio, para o qual o século XIX foi, principalmente, o da Independência.

Para quem é “escrita” essa cidade que acomoda uma série de ideias nas quais o lugar é o elemento de destaque da narrativa? A partir da segunda

metade do século XIX, São Paulo mostra-se sob o prisma de uma história triunfante e ufanista cujos atos heroicos de um príncipe estabelecem as diretrizes da interpretação histórica, devidamente elaborada para servir de exemplo para a posteridade.

Na segunda metade do século XIX, o uso da imagem fotográfica difundiu-se por todo o Brasil. Na cidade de São Paulo a ação de um fotógrafo torna a representação fotográfica urbana um documento importante para a análise das diretrizes de constituição de uma sociedade. Militão Augusto de Azevedo (1832-1905) é um migrante recém-chegado da Corte. Carioca de nascimento, passa a residir em São Paulo a partir de 1860 e acompanha de perto as transformações da cidade. No princípio foi ator de teatro, mas passa a se dedicar à arte do retrato fotográfico, já popular entre os paulistas desde 1848, conforme carta escrita por Álvares de Azevedo, então estudante da Academia de Direito: “Por aqui lavrou uma mania de daguerreotypar-se ... Não há Estudante q. não se tenha retratado ou não pretenda retratar-se...” (Azevedo, 1976, p.76).

O mérito de Militão pode ser visto pela abrangência de seu trabalho: em estúdio, fotografou desde senhores até seus escravos; ricos e pobres desfilaram diante de suas lentes, indicando que o fotógrafo não fazia distinção entre sua clientela.

Entre 1860 e 1862 Militão produz uma série de imagens da cidade de São Paulo. O registro da cidade e de sua área urbana mostra que ela ainda preservava muito de suas características coloniais. Militão flagra algumas ruas ainda sem calçamento, pessoas dispersas pelas ruas, calçadas desrespeitando seus limites, cavalos e bois soltos pela cidade, imagens que em conjunto fazem pensar em um ruralismo marcante. Pelos instantâneos do fotógrafo também pode ser percebida uma paulatina modificação, que se discerne ao longo das imagens que enfocam casas comerciais (“Secos e Molhados”) e ruas pavimentadas.

Para Solange Ferraz de Lima e Vânia C. de Carvalho as imagens desse momento refletem um processo de aprendizagem do futuro fotógrafo profissional: “O olhar de Militão era de um visitante aprendiz de fotografia e não de um profissional contratado por uma instituição ou empresa” (Carvalho; Lima, 1998, p.111).

Nesse período, ainda aprendiz no então estúdio de Carneiro & Gaspar, Militão produz uma série de imagens que refletem o momento por ele vivido, ou seja, a identificação do fotógrafo com o novo local escolhido como residência e a contribuição do cidadão à evolução das ideias que se desencadeiam. É possível notar que suas imagens não são de imediato destinadas a um público

consumidor, são recortes de um cotidiano do fotógrafo que ao buscar identificar o local, acaba por identificar-se.

A produção fotográfica de Militão entre 1860 e 1862 é surpreendentemente ampla, ainda mais tendo-se em vista as dificuldades técnicas na realização de uma imagem fotográfica. O peso do equipamento e a necessidade de pronta revelação das instáveis chapas contribuem para tornar o trabalho externo ao estúdio fotográfico uma aventura significativa, despertando a curiosidade dos observadores/personagens tal qual se observa nos registros fotográficos realizados.

Dessa época estão disponíveis aproximadamente 65 imagens de Militão que flagram a cidade de São Paulo e seus arredores. Muitas dessas chapas chegaram até nós graças à ação do próprio fotógrafo, que guardou os negativos originais, conforme ele afirma em 1887 em carta ao amigo Anatole Luis Garraux: “estou fazendo um trabalho, que julgo ser muito importante e talvez pouco rendoso. É um álbum comparativo de São Paulo antigo e moderno. Tenho os clichês de 1862 e estou fazendo os comparativos atuais...” (Azevedo, 1981, p.47). O trabalho ao qual Militão se refere é o seu famoso *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887*.

A conservação desses originais dá mostras da sensibilidade de um fotógrafo bastante preocupado com a memória da cidade na qual passou a viver. Talvez esse fato seja uma consequência direta de sua busca de identificação com o lugar escolhido. As imagens produzidas são parte importante da sua inserção como habitante do local. Sendo um migrante, portanto alguém desprovido da memória natural de um nativo, ele constrói uma memória registrando os locais significativos para sua identificação. Assim, em especial nesse álbum, as imagens podem ser vistas como recordações de sua inserção no contexto da nova sociedade. Fato que também se verifica na confecção posterior de seu *Álbum Comparativo* (Cavenaghi, 2000).

Ernani da Silva Bruno relembra que, a partir de 1839, há um incremento na presença de fazendeiros instalados nos limites urbanos da capital, controlando, a princípio, o comércio de açúcar produzido no interior, cuja rota passa pela cidade a caminho de Santos. Tal fato contribui de maneira definitiva para as transformações pelas quais a paisagem urbana de São Paulo passa no último quartel do século XIX (Bruno, 1954, p.466). Os espaços urbanos tornam-se sustentáculos de uma nova mentalidade capitalista que vê a cidade e seus espaços como um reflexo direto do fluxo de capitais.

O calçamento da cidade e a conservação de seus caminhos sempre foram motivos de comentários de seus habitantes e visitantes. Entre 1860 e 1862 o

viajante Augusto-Emílio Zaluar, por exemplo, ressalta que, “além dos notáveis edifícios e de alguns belos templos que adornam a cidade de São Paulo, as suas ruas principais são largas e bem calçadas...” (Zaluar, 1975, p.125).

Nesse tipo de descrição pode-se perceber a tentativa de introduzir um conceito de urbanidade necessário para se concretizar a ideia de progresso, o que demonstra que a cidade, dotada já de uma “história gloriosa”, estava apta a servir como exemplo para toda a Província. A centralização administrativa busca criar modelos e padrões que aglutinem essas nascentes ideias de “civilização e progresso”, processo que efetivamente se concretiza no final do século XIX.

Como exemplo desse processo de modificação e identificação pode-se analisar a produção fotográfica de Militão A. de Azevedo para o local da cidade conhecido como “Piques” ou “Largo da Memória”. A cidade, seus caminhos e seus monumentos funcionam, no ato do registro fotográfico, como catalisadores de um processo de conhecimento e de sustentação de uma nova realidade histórica alicerçada na representação fotográfica.

Do “Piques”, Militão realiza cerca de quatro imagens, registrando-o de todos os ângulos possíveis, mas a fotografia apresentada na Figura 1 é significativa na medida em que mostra como atuavam as forças sociais nesse momento na urbe.



Figura 1 – Largo do Piques, São Paulo, 1862. Foto de Militão A. de Azevedo.

Fonte: Lago, 2001, p.13.

Realizada em 1862, essa fotografia albuminada (14 x 22,1 cm) é uma das mais marcantes de Militão da região do “Piques”. Mostra a cidade vista da baixada do Bexiga (atual Rua Quirino de Andrada) da direção de quem desce a Ladeira São Francisco, quase no cruzamento da Ladeira do Falcão (antiga Ladeira de Santo Antônio), logo após a Ladeira do Meio (início da Rua do Ouvidor). Na direita da imagem encontra-se a antiga Ladeira da Palha (atual Sete de Abril); ao centro a então Ladeira da Consolação, caminho natural para Pinheiros e rumo Sul do país; ao fundo há o Paredão do Piques (atual Rua Xavier de Toledo).

O “Piques” ou “Largo da Memória” era um lugar de práticas comerciais. No registro apresentado o centro da imagem é tomado pelo chafariz e pela pirâmide. Percebem-se negros de ganho na prática diária de seus afazeres. Elaborada por Daniel Pedro Müller em 1814 em memória ao triunvirato que governava São Paulo, fato que deu origem ao seu nome, “Largo da Memória”, a pirâmide é o marco inicial da estrada para Sorocaba, cuja demarcação ficou a cargo do próprio engenheiro Müller, o qual observando a falta de água na cidade, construiu, com auxílio de Vicente Gomes Pereira, Mestre Vicentinho, o “Chafariz do Piques”, desde então parte integrante da estrutura do monumento (Toledo, 1981, p.131).

A concentração do fluxo comercial da urbe no local demonstra sua funcionalidade. O chafariz desaparece em 1876, e Militão não insere em seu *Álbum Comparativo* uma fotografia comparativa do local em 1887. Tal fato demonstra que o lugar tinha perdido sua representação inicial e não servia mais para sugerir a modernidade e a civilização que se buscava para a cidade nesse novo momento. Mesmo assim o fotógrafo insere em seu álbum duas imagens do local em 1862, indicando que a memória poderia ser usada para mostrar as feições do passado a ser substituído (Cavenaghi, 2000, p.266).

Com base nessas observações depreende-se que a confecção da imagem em 1862 pode ser atribuída à importância do “Piques” como polo orientador dos caminhos da cidade no momento. Seu posterior esquecimento demonstra o quanto as forças orientadoras da sociedade impunham uma reorganização dos espaços e da mentalidade cidadina, fato demonstrado na própria ideia de Militão ao criar um álbum comparativo enfocando a cidade em 1862 e 1887.

Pode-se perceber, assim, que a partir de 1850 a cidade se expande e a Província passa a sentir as mudanças em curso. Torna-se necessário estabelecer diretrizes que permitam ao poder administrativo central alcançar locais aos quais só havia chegado pela presença dos chamados “desbravadores”. A

manutenção e sustentação dos limites territoriais faz parte dessa reorganização política, social e econômica do governo à época.

UMA CARTOGRAFIA IDEOLOGIZADA?

Em 1868, Cândido Mendes organiza um trabalho cartográfico fundamental para o entendimento do país e de seu território. Seu trabalho “dedicado a sua magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II destinado a Instrução Pública no Imperio com especialidade á dos Alumnos do Imperial Collegio de Pedro II...” (Almeida, 1868, Capa) reflete diretamente uma busca, que pode se dizer didática, do conhecimento do território, pois para o autor “Este trabalho, que ora apresentamos ao publico do nosso paiz ... tem principalmente por fim auxiliar a instrução da mocidade...” (Almeida, 1868, p.7).

Para Cândido Mendes de Almeida a posse das terras é fruto de uma marcha providencial que se transmutou em missão. A posse da terra é fruto da ação divina, um recado da civilização contra o avanço da barbárie, pois “uma constante fortuna não teria acompanhado nossos maiores na luta com o indígena, e outros povos, que nos disputarão, a posse e o domínio dos terrenos que hoje ocupamos” (Almeida, 1868, p.7). Os indígenas são vistos como intrusos e tratados como usurpadores: um inimigo dentro do território. Segundo Demétrio Magnoli, Cândido Mendes reproduz ideologicamente a “produção de um imaginário geográfico específico destinado a prolongar no futuro, como realidade, o mito de um território preexistente” (Magnoli, 1997, p.131).

Para a confecção de seu trabalho, Cândido Mendes consulta 15 obras. Seis delas são manuscritos que não circularam entre o público, e outras três são mapas relativos à cidade de São Paulo, de Santos e da Costa. Dos mapas consultados talvez o de maior circulação seja o de Daniel Pedro Müller, de 1837 (Müller, 1837).

Na obra de Cândido Mendes todos os mapas gerais das Províncias apresentam também os de suas respectivas capitais. Assim, no mapa da Província de São Paulo (Figura 2) nota-se um mapa auxiliar de sua capital. O mapa representa a cidade provavelmente em 1846, conforme as referências de consulta apresentadas pelo autor: “Planta da Imperial cidade de São Paulo, annexa ao mappa do Brazil de C. J. Niemayer, da edição de 1846” (Almeida, 1868, p.19).

A presença do mapa da cidade de São Paulo na visualização do Mapa da Província é um elemento de referência, coerente com aquilo que parece ser uma tentativa de padronização por parte de seu organizador. Nessa imagem percebe-se o funcionamento da racionalidade proposta por Cândido Mendes

(Almeida, 1868, p.XVII). O modelo urbanístico da capital, ao que tudo indica, é apresentado como um modelo prévio para o restante das cidades da Província.

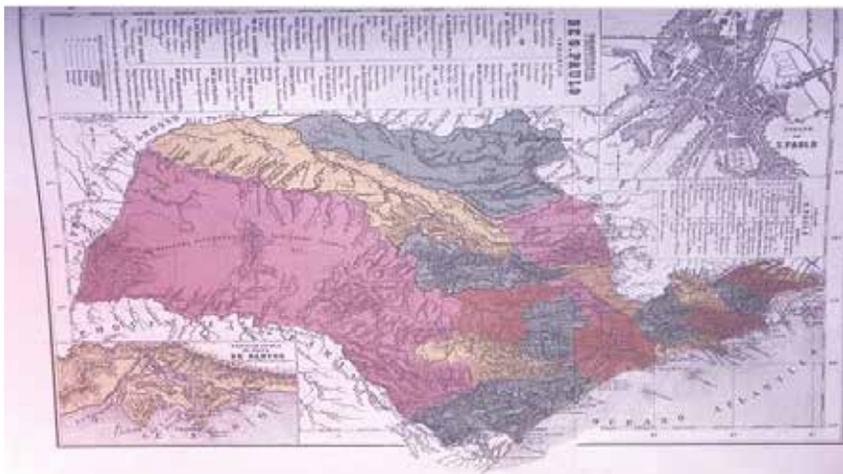


Figura 2 – Mapa da Província de São Paulo. Fonte: Almeida, 1868.

Em 1878 a mesma prática de organização é utilizada por Abílio A. S. Marques na publicação do *Indicador de São Paulo*, que se propunha a dar “tambem varias informações relativas a toda a Província, bem como as aucto-ridades superiores do Estado...” (Marques, 1878, p.V). Essa obra, além de in- formar dados administrativos, comerciais etc., publica vários mapas da cidade de São Paulo e região, além da Carta das Estradas de Ferro da Província. A obra sinaliza, também, o sítio do *Ypiranga*, embora não lhe dedique nenhum co- mentário. Nesse sentido é possível conjecturar que o local ou já era consagrado pela população, não merecendo comentários, ou estava sendo exposto ao pú- blico pela primeira vez.

Na segunda metade do século XIX, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, em suas andanças pelo interior da Província, participa indiretamente dessas representações, produzindo informações geográficas e esboçando ma- pas manuscritos. Tal fato pode ser percebido quando o Barão confecciona o *Relatório Final* relativo à sua atuação como presidente da Província em 1864. Nesses escritos Homem de Mello dedica especial atenção à questão dos cami- nhos e demarcações de limites entre diversas cidades do interior paulista e da própria capital (Mello, 1866, p.18ss).

Na segunda metade do século XIX, o Barão Homem de Mello organiza um álbum fotográfico compostos de 16 fotografias e quatro mapas manuscritos relativos a algumas cidades do interior da Província de São Paulo. Nesse trabalho, *Província de São Paulo*, o autor registra Pindamonhangaba, Cruzeiro, Silveiras, Tatuí, Salto, Taubaté, Itatiba, São Roque e Sorocaba, cidades localizadas no antigo caminho entre São Paulo e o Rio de Janeiro. O trabalho é organizado pelo Barão como “lembranças de viagens”, seguindo assim a tendência do uso da fotografia nesse período: ser elemento comprobatório de uma verdade. As imagens são ordenadas de forma a mostrar aspectos geográficos e construções significativas presentes nas localidades registradas. Dessa forma nota-se o registro de uma “Matta virgem na raiz da Serra da Mantiqueira...” (terceira imagem do álbum), de uma “ponte da Estrada de Ferro de DP II...” na cidade de Salto (quinta imagem do álbum) etc.

Esse álbum é apenas uma amostra da intensa dedicação que o Barão dirigiu ao estudo geográfico do território brasileiro. O biógrafo Araújo Jorge, em 1945, escrevendo sobre o Barão do Rio Branco, relembra que seu biografado trocou muitas cartas com o Barão Homem de Mello e com Capistrano de Abreu durante a elaboração de seus estudos sobre geografia e história do país (Jorge, 1999, p.27). Note-se que a história do Barão do Rio Branco é incondicionalmente vinculada à questão da formação territorial do país.

Os desdobramentos das expedições geográficas do Barão Homem de Mello repercutem também sobre a época republicana. Euclides da Cunha, por exemplo, no *Jornal do Commercio* em 1909, elogia a publicação do *Atlas do Brasil* elaborado pelo Barão, comentando que o trabalho corrige erros relacionados à geografia do país, avaliando a publicação como “muito adequada a nova abordagem da morfologia do relevo que reconhece as formas predominantemente suaves e aplainadas do país, corrigindo as versões anteriores” (Magnoli, 1997, p.10).

O Barão Homem de Mello é membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Regina Araújo, “o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ... teve um papel importante tanto na produção ‘real’ quanto na produção ‘virtual’ do território do império. As inúmeras memórias de viagens e expedições reproduzidas nas páginas da revista do instituto demonstram um esforço concentrado de investigação acerca das características e potencialidades das diferentes regiões do país, em uma época marcada pela precariedade das vias de comunicação” (Araújo, 2001, p.6). As viagens de Homem de Mello atuam

como elementos de formação de uma memória que é materializada em representações visuais.

Ao longo da produção do álbum *Província de São Paulo*, o Barão esboça no verso de algumas fotografias quatro conjuntos de mapas das regiões visitadas.

A fotografia número 14 do álbum da *Província de São Paulo* mostra a cidade de Sorocaba em 1876, e no seu verso encontram-se esboços de mapas. É interessante a forma como Homem de Mello constrói as referências geográficas: o morro do Jaraguá, do lado esquerdo da imagem, mostra o início da jornada; ao centro aparece a cachoeira de Voturantim, num esforço de distinção, afinal, segundo o geógrafo João Mendes de Almeida “com o nome de Voturantim, ha tambem o grande salto no rio Sorocaba” (Almeida, 1902, p.266). Do lado direito, o Salto de Piracicaba encerra a localização da cidade.

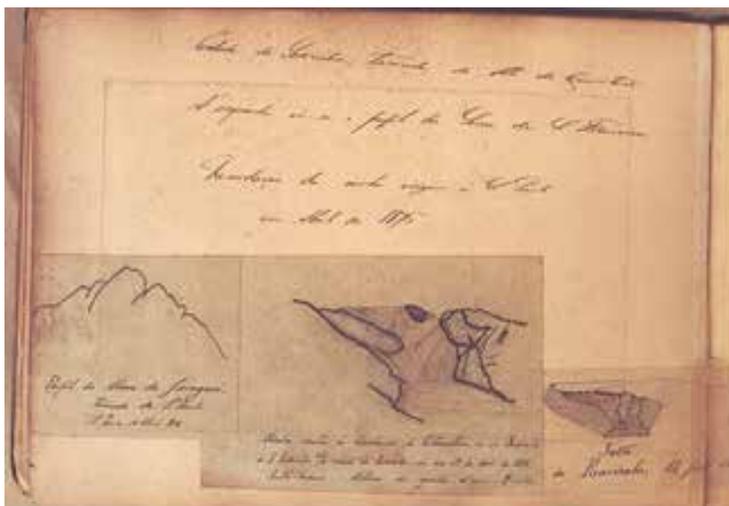


Figura 3 – Sem Título. Fonte: Mello.
Província de S. Paulo [s.l.: s.n.].



Figura 4 – Cidade de Sorocaba: tomada do Alto do Cemitério.
À esquerda vê-se o perfil da Serra de São Francisco; 1876,
albúmen, 22 x 30 cm. Fonte: Mello. *Província de S. Paulo* [s.l.: s.n.].

O uso da fotografia estabelece uma verdade, assim como a referência geográfica de que ela passa a ser fator comprobatório ratifica essa veracidade inquestionável. A lembrança da viagem torna-se um mapa de localização, mostrando o território como um local domado e reconhecido. Tal forma de reconhecimento autentica a posse simbólica e justifica futuras intervenções administrativas, pois muito mais que um viajante, o Barão é parte de uma elite política que influenciará as futuras posturas relacionadas às regiões mapeadas. O território e seus caminhos demonstram as perspectivas que condicionam sua própria ocupação.

Os esboços do Barão presentes nos versos de algumas fotografias são desenhos que tentam reproduzir as formas de cachoeiras, rios e morros da maneira como o autor os vê. Os locais desenhados moldam o olhar do observador, permitindo uma leitura quase imediata, não requerendo o conhecimento prévio de símbolos padronizados, como no caso da escrita. Essa tendência de automatização e instauração de um olhar também pode ser observada no que toca à imagem fotográfica, que desde a primeira vista funciona de modo semelhante.

Segundo o raciocínio aqui construído, a obra de Homem de Mello serve então de baliza para a concretização de uma memória, aquela que Regina Araújo chama de “virtual”. Seus registros fotográficos das cidades localizadas no antigo caminho da estrada de São Paulo para o Rio de Janeiro constroem uma memória coletiva. Se há um marco inicial para esse processo, ele data de quando as fotografias das viagens do Barão Homem de Mello pelo interior da Província foram apresentadas na *Exposição de História do Brasil* realizada em 1881 no Rio de Janeiro. Nela, foram apresentadas 12 fotografias recolhidas das expedições do Barão, as quais mostram as localidades de Bananal, Silveiras, Pindamonhangaba, Taubaté, Itatiba, Colônia portuguesa de Nova Louzã, São Roque, Sorocaba, Tatuí e Cruzeiro (Catálogo..., 1998, v.II, p.1446).

Como de costume, elas servem de informação sobre a região e comprovam a presença humana na área, desempenhando assim a função de estabelecer núcleos de veracidade para uma futura atuação política por parte do Estado, que busca garantir o avanço das chamadas “fronteiras civilizadas”. Civilizar significa urbanizar, pois como lembra Gilmar Arruda, “a vida urbana tornar-se-ia o símbolo maior para os termos de comparação entre o *civilizado* e *incivilizado*” (Arruda, 2000, p.20). O retrato dessa urbanização torna-se fundamental para aqueles que querem introduzir o conceito de civilização e isso se pode sentir na forma como o Barão apresenta seus mapas, no verso das fotografias de cidades conhecidas. A natureza registrada torna-se domada e apta às transformações necessárias à ideia de civilização.

A fotografia no final do século XIX e início do século XX torna-se elemento importante para comprovar e orientar o avanço da caracterização “civilizadora e progressista” do Estado, que se torna, com efeito, um de seus principais incentivadores.

Outro exemplo importante é o álbum fotográfico de Gustavo Koenigswald editado em 1895. Trata-se de um trabalho que busca representar o estado de São Paulo, já que, segundo o autor, “d’entre os vinte Estados do Brazil, o de São Paulo é um dos mais importantes e mais ricos...” (Koenigswald, 1895, p.5).

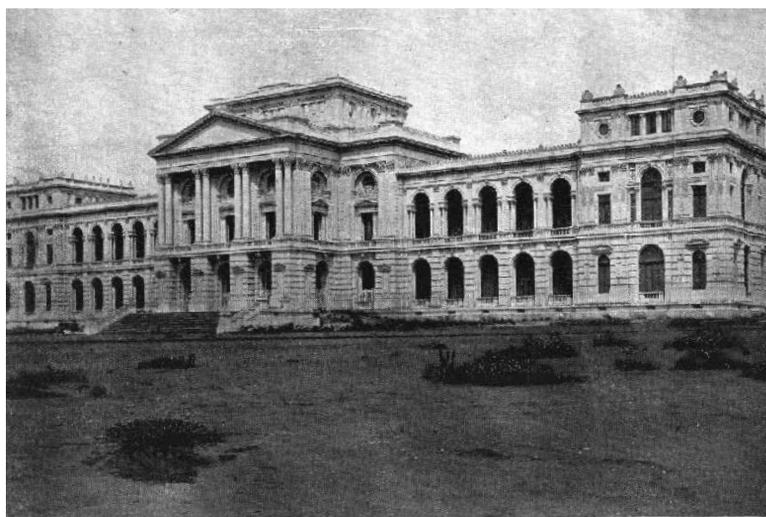
A obra de Gustavo é repleta de informações geográficas, etnográficas e históricas sobre as principais cidades do estado no período: São Paulo, Jundiahy, Campinas, Santos, Piracicaba e Ytú, entre outras. O álbum inclui, entre suas cem fotografias, imagens de Guilherme Gaensly, fotógrafo de origem suíça que atua na cidade no período. Sobre a função de sua atividade fotográfica afirma Boris Kossoy: “as fotografias de Gaensly realizadas neste período [1902-1903] se tornam institucionalizadas a ponto de continuarem a ser utilizadas por diferentes publicações – oficiais ou não – anos depois. Elas passam a

ilustrar livros de vários autores estrangeiros que escrevem sobre São Paulo e o Brasil além de obras gerais de referência, almanaques etc.” (Kossoy, 1988, p.18).

Nota-se na confecção dessas obras um determinado padrão de comportamento instituído: buscar nas cidades partes aptas para receberem os novos investimentos econômicos propostos por uma burguesia em ascensão. A divulgação é resultado de determinada ideologia que é representada e representa, nos próprios mecanismos institucionalizados, um grupo específico à altura, capaz de organizar as balizas simbólicas da sociedade que se quer construir.

No álbum de G. Koenigswald há espaço para o *Monumento do Ypiranga* (Koenigswald, 1895, p.43) e, por extensão, para a obra de Pedro Américo por meio do quadro *Proclamação da Independência do Brasil (7 de setembro de 1822)* (ibidem, p.45). O álbum é uma espécie de reportagem fotográfica que ilustra o momento de transformação pelo qual passa a cidade. Nesse sentido, o autor comenta:

Também demoliram-se, no centro da cidade, grande numero de edificios antigos, para serem substituídos por construcções imponentes, entre os quaes primam alguns edificios publicos já acabados, e outros por acabar. Entre todos destaca-se o Monumento do Ypiranga... (ibidem, p.10)



35. Monumento do Ypiranga.

Figura 5 – Ipiranga, São Paulo. Fonte: Koenigswald, 1895.
(Impressão sobre papel; 12 x 19 cm, 1895, p.43.)

A transformação urbana é referenciada por uma “nova” memória, alicerçada na substituição dos antigos edifícios demolidos. A modificação urbana da cidade de São Paulo é moldada, de certo modo, no contexto histórico/heróico da Independência.



Figura 6 – *Proclamação da Independência do Brasil*, de Pedro Américo.
Fonte: Koenigswald, 1895 (Impressão sobre papel, 9,8 x 18 cm, 1895, p.45.)

Pedro Américo, em 1888, mostra-se também influenciado e comprometido com a história oficial do “Grito”. A hora exata do ocorrido torna-se sua referência direta na composição da veracidade do acontecimento:

Ordinariamente a atmosfera em São Paulo é mais diáfana do que no Rio de Janeiro. De agosto em diante, porém, até fins de outubro, quer em consequência das contínuas queimadas, quer por efeito de outras causas, turva-se opaca revestindo à tarde as cores afoguetadas de um enorme braseiro que fosse refletido nos vapores do espaço. Os fúlgidos fenômenos do ocaso são ainda pouco aparentes *às quatro horas da tarde...* (Oliveira; Mattos, 1999, p.26)

As palavras do primeiro Barão de Pindamonhangaba, coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, encontram repercussão no pintor que, também, mostra proximidade com as ideias do Barão Homem de Mello:

Ao Exmo. Sr. Barão Homem de Mello agradeço o favor de me ter apresentado a diversas pessoas importantes do interior, das quais colhi grande messe de infor-

mações luminosas, e alguns objetos de muito valor arqueológico, que fielmente reproduzi no painel. (ibidem, p.22)

A ideia da Independência do Brasil, sua relação com a cidade de São Paulo e com a propagação de uma ideologia pode ser claramente percebida em 1895, quando nas escolas públicas é aplicada a cartilha de Tancredo do Amaral, professor da Escola Normal de São Paulo. Sua obra *Educação Cívica* destina-se “aos estabelecimentos de instrução popular”, trabalho que faz um apanhado da “História de São Paulo pela biographia de seus vultos mais notáveis” e se mostra eficiente na perpetuação de uma história cujos fatos históricos são vinculados a heróis inacessíveis aos homens comuns.

Na obra de Tancredo do Amaral, José Bonifácio de Andrada e Silva é biografado segundo a lógica que se procura estabelecer para o ato da Independência. José Bonifácio, o personagem central biografado, é o ilustre paulista e o representante local do momento da Proclamação da Independência. É nesse mesmo sentido que Tancredo do Amaral escreve:

A 25 de agosto entrou o príncipe solemnemente na capital da provincia, sendo muito bem recebido pelo povo que o victoriava ... Em 5 de setembro dirigio-se a Santos acompanhado pelo brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, capitão-mór Manoel Marcondes de Oliveira e Mello (depois barão de Pindamonhangaba) e o padre Belchior Pinheiro; examinou as fortificações da praça e visitou a familia de seu amigo José Bonifácio e, na madrugada de 7, partio de Santos para a capital e, ao chegar á collina do Ipiranga, recebeu um correio que lhe mandava José Bonifácio ... Lendo a carta do veneravel paulista e traduzindo perante os seus companheiros a indignação que se achava possuido, D. Pedro pronunciou breve discurso terminando-o pelo grito de: *Independencia ou morte!*... (Amaral, 1895, p.135)

Dessa forma José Bonifácio é o personagem central da cena, pois de acordo com a leitura da carta desse “venerável paulista”, Dom Pedro é levado ao ato do “Grito”. A história do “Grito” repercute em diferentes personagens, momento e suportes. Ela é escrita tendo-se em vista uma memória necessária à perpetuação de determinado comportamento social, político e econômico.

Essa memória usa elementos institucionalizados de maneira a criar referências futuras que serão tratadas como verdades absolutas. Verdades essas justificadas no contexto de novos suportes históricos, como a fotografia e a cartografia, que se desenvolvem fundamentadas principalmente na racionalidade científica proposta pelo século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de São Paulo e a Província absorvem em cerca de 50 anos, entre 1850 e 1900, diretrizes administrativas que são compostas por um conjunto de ideias explicitadas em vários suportes, entre eles a fotografia e a cartografia.

Ambos os suportes são invenções que repercutem no século XIX. A fotografia, originalmente chamada de heliografia, em referência direta ao Sol que é o elemento central do fenômeno de formação da imagem, concretiza-se como objeto do cotidiano. Álbuns de retratos, cartões-postais, lembranças de entes queridos, notícias de lugares distantes, visualização de um país desconhecido ou exótico, passam a integrar as necessidades de representação de um grupo social específico, no caso uma burguesia em ascensão.

A cartografia é fruto, a princípio, do próprio crescimento das cidades e da necessidade de ordená-las de acordo com as novas práticas de acumulação de capitais. A integração da cartografia no cotidiano também se desenvolve no século XIX, quando começa a ser ensinada nas escolas.

O território e seu reconhecimento são desdobramentos desse fluxo de conhecimento de um novo universo cotidiano que se constitui alicerçado na forma de organizar e administrar a sociedade. Nota-se que esse período prima pela substituição de antigas referências de comportamento e pela busca de outras referências baseadas em novos modelos de representação. Esses novos modelos passam, por exemplo, pela representação fotográfica, que muito mais que um modismo torna-se elemento de massificação social quando o fluxo de capitais investe no novo produto. A representação fotográfica torna-se o espelho do real e é utilizada por uma sociedade liderada por uma burguesia que busca novos mecanismos para imprimir a sua permanência como grupo social e cultural.

Não há nesse contexto inicial da representação fotográfica algo maquiavelicamente planejado ou instituído. No Brasil e no mundo a imagem fotográfica seguiu a tendência construtora de uma verdade absoluta e necessária para justificar aquilo que anteriormente fundamentava-se exclusivamente em um testemunho coletivo. A imagem elimina a necessidade do grupo e torna-se por si só um documento comprobatório produzido por uma pessoa e visualizado por muitas. A sociedade nesse momento é resultado da atuação de novas forças sociais, políticas e econômicas que procuram novos elementos de representação que atestem as novas distinções sociais. A fotografia serve a esse propósito na medida em que é associada a novos códigos e símbolos de comportamento. Tudo é previamente selecionado e fotografado. Nesse sentido a memória que

é constituída sofre diretamente a ação dessas novas forças sociais. Os espaços urbanos que resultam desse momento também refletem circunstâncias especiais, espelhando os fatos históricos conduzidos como justificadores dos acontecimentos.

O Sete de Setembro marca a cidade de São Paulo e é utilizado, a partir de 1850, como um dos sustentáculos de uma transformação social e urbana. A história que se constrói é alicerçada no presente, ou seja, tem-se a reconstituição do passado sob o prisma do presente.

O cientificismo do século XIX é a baliza do ideário a ser seguido pois, nesse momento, a técnica ratifica atitudes e ideias. Assim, os depoimentos de Francisco Inácio Homem de Mello, Militão Augusto de Azevedo, Cândido Mendes de Almeida e Tancredo do Amaral, entre outros, são partes de um mesmo momento e complementam-se. A história resultante é o elemento multiplicador dos “fatos” instituídos, que estão dispostos em uma grande rede na qual o menor movimento multiplica-se e repercute em todo o resto da estrutura, como focado na obra *A teia do fato*, elaborada por Carlos Alberto Vesentini.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre [et al.]. *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ALMANACH Litterario de São Paulo para o anno de 1877, 2º anno. Edição fac-similar. Org. José Maria Lisboa. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.
- ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857, 1º anno. Org. Marques & Irmão. São Paulo: Typographia Imparcial de J. R. Azevedo Marques, 1856.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.
- ALMEIDA, João Mendes de. *Diccionario Geographico da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typ. a vap. Espindola, Siqueira & Comp, 1902.
- AMARAL, Antônio Barreto do. *Jornalismo acadêmico*. Separata da Revista do Arquivo Municipal, n.190, 1977.
- AMARAL, Tancredo. *História de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notaveis*. São Paulo: Alves & Cia Editores, 1895.
- AMÉRICO, Pedro. *O brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil*. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, C. Valladão (Org.) *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Museu Paulista; Edusp, 1999.

- ARAÚJO, Regina de. *A formação da memória territorial brasileira (1838-1860)*. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, USP. São Paulo, 2001.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre história e memória*. Bauru, SP: Edusc, 2000.
- AZEVEDO, Vicente de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: [s.n.], 1976. (Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1).
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A cidade de São Paulo: recordações evocadas da memória; notícias históricas*. São Paulo: [s.n.], 1976. (Biblioteca Academia Paulista de Letras, 2).
- CABRIÃO: Semanário humorístico editado por Angelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. Ed. fac-similar. Introd. Délio Freire dos Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 1982.
- CARVALHO, Vânia Carneiro; LIMA, Solange Ferraz de. Representações urbanas: Militão Augusto de Azevedo e a Memória visual da cidade de São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: Iphan, n.27, 1998.
- CATÁLOGO da Exposição de História do Brasil. Ed. fac-similar. Org. Ramiz Galvão. 3.v. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CAVENAGHI, Airton José. *Imagens que falam: olhares fotográficos sobre São Paulo (Militão Augusto de Azevedo e “São Paulo Light and Power Co.”, fins do século XIX e início do século XX)*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP. São Paulo, 2000.
- COSTA, Horácio R. da. As testemunhas do grito do Ipiranga. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.295, p.70-160, abr.-jun. 1972.
- EIRÓ, Paulo. Sangue Limpo. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.) *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- FREITAS, Afonso A. de. *Vocabulário Nheengatu*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- KOENIGSWALD, Gustavo. *São Paulo*. São Paulo: Laemmert & Co., 1895.
- KOSSOY, Boris. Militão de Azevedo. In: AZEVEDO, Militão Augusto. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)*. São Paulo: Prefeitura Municipal/ Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento do Patrimônio Histórico, 1981.
- _____. *São Paulo: 1900*. São Paulo: Kosmos, 1988.
- LAGO, Pedro Corrêa do (Org.) *Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Capivara, 2001.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. Unesp; Moderna, 1997.

- MARQUES, Abilio A. S. *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878.* p.V. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1878.
- MATTOS, Anibal. *O Barão Homem de Mello perante a história.* São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1937.
- MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. *Estudos Historicos Brasileiros.* São Paulo: Typographia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1858.
- _____. *A Constituinte perante a História.* Rio de Janeiro: Typ. da Actualidade, 1863.
- _____. *Relatorio que ... F. I. M. Homem de Mello entregou a Presidencia da Provincia de S. Paulo...* São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1864.
- MELLO, Francisco Inácio Homem de (Org.) *Provincia de S. Paulo* [s.l.: s.n.]. (Acervo Obras Raras, Biblioteca Mário de Andrade).
- MORAIS, Alexandre José de Mello. *Independencia e o imperio do Brazil.* Rio de Janeiro: Globo, 1877.
- MORSE, Richard M. *De comunidade a Metrópole: biografia de São Paulo.* São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MÜLLER, Daniel P. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo.* Paris: Aleixo Orgaizzi, 1837.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, C. Valladão (Org.) *O brado do Ipiranga.* São Paulo: Museu Paulista; Edusp, 1999.
- PRADO JR., Caio. *A cidade de São Paulo: geografia e história.* São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).
- REPERTÓRIO das Sesmarias: concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. São Paulo: Tip. Globo, 1944.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo LXXIX, Rio de Janeiro: 1917.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.295, abr.-jun. 1972.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v. VI, 1902.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil.* São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.
- SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v.VI, p.204, 1902.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século.* São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- VARNHAGEN, Francisco A. de. *História geral do Brasil.* 3v. 10.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica.* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1997.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil.* 15.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinações pela Província de São Paulo (1860-1862)*. São Paulo: Edusp; Itatiaia, 1975.

NOTA

¹ Doutor pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).